

o

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2025

IRB(Asset)

IRB(Asset)

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às demonstrações contábeis da IRB Asset Management S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Em 13 de dezembro de 2017, a IRB Asset Management S.A foi constituída como sociedade anônima de capital fechado com prazo de duração indeterminado. Subscrito por um único acionista e controlador, o IRB-Brasil Resseguros S.A., "IRB Re", possui 100.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, perfazendo um capital social de R\$ 1,7 milhão totalmente integralizados na Companhia.

Patrimônio Líquido e Resultado: Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 20,8 milhões (R\$ 7,1 milhões em 2024) e o lucro líquido do exercício foi de R\$ 33,7 milhões (R\$ 35 milhões em 2024). Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. Do lucro apurado em 2025, R\$ 15,0 milhões (R\$ 30,0 milhões em 2024) foram distribuídos antecipadamente ao longo do exercício após aprovação do acionista controlador em Assembleia Geral Extraordinária.

Ativos e Passivos: Em 31 de dezembro de 2025, o ativo totalizou R\$ 25,7 milhões (R\$ 12,4 milhões em 2024). Desse montante, R\$ 4,3 milhões (R\$ 4,3 milhões em 2024) referem-se a contas a receber relacionadas aos recursos de terceiros sob gestão da Companhia, que totalizavam R\$ 6,5 bilhões na mesma data. Os passivos totalizaram R\$ 4,9 milhões (R\$ 5,3 milhões em 2024), representados principalmente por salários, encargos e obrigações tributárias.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026
A Diretoria.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas do
IRB Asset Management S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do IRB Asset Management S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IRB Asset Management S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

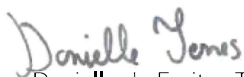
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Danielle de Freitas Torres
Contadora CRC 1SP262958/O-0

Índice

Demonstrações contábeis

Balço patrimonial.....	2
Demonstrações dos resultados.....	3
Demonstrações dos resultados abrangentes	4
Demonstrações das mutaões do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas	7
1.1 Contexto operacional.....	7
1.1.1 Continuidade operacional	7
1.2 Apresentação das demonstrações contábeis	7
1.3 Políticas contábeis materiais.....	7
1.3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	7
1.3.2 Equivalentes de caixa	8
1.3.3 Contas a receber.....	8
1.3.4 Obrigaões a pagar.....	8
1.3.5 Benefícios a empregados	8
1.3.6 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	9
1.3.7 Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	9
1.3.8 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	9
1.3.9 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigaões Legais	9
1.3.10 Capital social.....	9
1.3.11 Dividendos	9
1.3.12 Reconhecimento de receitas e despesas.....	9
1.4 Normas, alterações e interpretaões existentes que estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia	10
2 Equivalentes de caixa	11
3 Contas a receber.....	11
4 Contas a pagar.....	11
5 Patrimônio líquido.....	11
5.1 Capital	11
5.2 Reservas	11
5.3 Dividendos.....	12
6 Receita operacional líquida.....	12
7 Despesas administrativas	12
8 Resultado financeiro.....	13
9 Imposto de renda e contribuição social	13
10 Transações com partes relacionadas	13
10.1 Remuneração do pessoal-chave da administração.....	14

IRB Asset Management S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota explicativa	2025	2024
Circulante		25.707	12.391
Equivalentes de caixa	2	21.288	7.707
Títulos e créditos a receber		4.419	4.684
Contas a receber	3	4.288	4.328
Impostos a recuperar		131	356
Total do ativo		25.707	12.391

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2025	2024
Circulante		4.820	5.317
Contas a pagar	4	4.820	5.317
Patrimônio líquido	5	20.887	7.074
Capital social		1.745	1.745
Reserva de lucros		19.142	5.329
Total do passivo e do patrimônio líquido		25.707	12.391

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB Asset Management S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional bruta		49.646	50.286
Impostos e contribuições		(2.805)	(2.841)
Receita operacional líquida	6	46.841	47.445
Despesas administrativas	7	(8.878)	(8.769)
Resultado financeiro	8	1.834	2.656
Receitas financeiras		1.840	2.661
Despesas financeiras		(6)	(5)
Resultado antes dos impostos		39.797	41.332
Imposto de renda	9	(4.409)	(4.664)
Contribuição social	9	(1.595)	(1.688)
Lucro líquido do exercício		33.793	34.980
Lucro líquido por ação - Em reais		338	350

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB Asset Management S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Lucro líquido	33.793	34.980
Resultados abrangentes dos exercícios	33.793	34.980

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB Asset Management S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de lucro				Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Distribuição de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.745	349	11.624	-	13.718
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.980	34.980
Distribuição de dividendos adicionais do exercício de 2023 - AGE 22/04/2024	-	-	(11.624)	-	(11.624)
Distribuição de dividendos - AGE 23/12/2024 - Nota 5.3	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.745	349	-	4.980	7.074
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.793	33.793
Distribuição de dividendos adicionais do exercício de 2024 - AGE 30/04/2025 - Nota 5.3	-	-	-	(4.980)	(4.980)
Distribuição de dividendos - AGE 27/06/2025 - Nota 5.3	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.745	349	-	18.793	20.887

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRB Asset Management S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto)

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Atividades operacionais		
Recebimento de serviços	49.686	50.889
Pagamentos de despesas e obrigações	(13.699)	(10.788)
Impostos e contribuições pagos	(4.264)	(5.924)
Juros recebidos	1.838	2.659
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	33.561	36.836
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(19.980)	(41.624)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(19.980)	(41.624)
Aumento (redução) do caixa e equivalente caixa	13.581	(4.788)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.707	12.495
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.288	7.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas

1.1 Contexto operacional

A IRB Asset Management S.A. (“Companhia”) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida República do Chile, nº 330, 4º andar, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. A Companhia é controlada pelo IRB-Brasil Resseguros S.A. (“IRB(Re)”), companhia aberta listada em bolsa de valores, e apresenta dependência econômica de sua controladora, uma vez que substancialmente a totalidade de suas receitas decorre das taxas de gestão e de performance relacionadas aos fundos vinculados ao IRB(Re).

Seu objeto social consiste na prestação de serviços de administração de carteira de valores mobiliários, por intermédio da gestão de carteiras de fundos, clubes de investimento e outros veículos assemelhados, bem como na execução de outros serviços ou atividades correlatas à administração de recursos, nos termos da Resolução CVM nº 21, de 26 de fevereiro de 2021, e alterações posteriores.

1.1.1 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir com suas obrigações no futuro.

1.2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities* (IFRS for SMEs). Elas estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76 Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Companhia evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

O Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 na reunião realizada em 26 de março de 2026.

1.3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1.3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

1.3.2 Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

1.3.3 Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pelo serviço de assessoria financeira e pela prestação de serviços de gestão dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto, estão classificadas no ativo circulante.

1.3.4 Obrigações a pagar

São reconhecidas no passivo a partir da ocorrência do respectivo fato gerador, em observância ao regime de competência, de forma a refletir adequadamente as obrigações presentes da Companhia decorrentes de eventos já ocorridos.

1.3.5 Benefícios a empregados

Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefício de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Outras obrigações de curto prazo: Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

Participação no Lucros: A Companhia mantém acordos sindicais, incluindo o Acordo do Programa do Participação nos Lucros (PPLR), em consonância com os requisitos previstos na Lei no 10.101/00 e na Lei nº 12.832/13, bem como nos demais normativos legais pertinentes. O respectivo acordo tem por objetivo estabelecer as regras e condicionantes gerais relacionadas à implantação do PPLR de forma que os participantes sejam reconhecidos pela contribuição a partir do atingimento mínimo das metas corporativas, individuais e setoriais estabelecidas para o exercício. Todas as regras e condicionantes do programa são revistas anualmente pela Diretoria de Pessoas e submetidas à aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A determinação do montante a ser provisionado considera o lucro antes do imposto de renda, ajustado de acordo com as diretrizes do plano, e o registro contábil é efetuado diretamente no resultado do exercício. O PPLR referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2024 - 329ª RO do CA.

Benefício pós-emprego: A cada trimestre é realizada uma avaliação atuarial para apuração dos montantes a serem contabilizados a título de obrigação de benefícios pós-emprego. Nesta avaliação são determinados também os componentes necessários à aferição das parcelas a serem reconhecidas em Resultados e em Outros Resultados Abrangentes, tais como custos, ganhos e perdas atuariais, juros, dentre outros.

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica.

O plano oferecido é de contribuição variável – Plano B (aberto), sendo adotado o regime de capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria.

Não foram registrados montantes a serem reconhecidos como ativos ou passivos no balanço desta Companhia no exercício corrente.

1.3.6 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Calculados pelo regime do lucro presumido, o qual a base de cálculo do imposto de renda é determinada à razão de 32% da receita proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e a alíquota de 9% para a contribuição social.

1.3.7 Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Companhia está submetida ao regime de tributação cumulativo para fins de apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Nesse modelo de tributação, as mencionadas contribuições são apuradas mediante a aplicação das alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita operacional bruta, sem a possibilidade de dedução de créditos, característica esta que distingue tal regime do modelo de tributação não cumulativo.

1.3.8 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), disciplinado pela Lei Complementar n.º 116/2003, é apurado mensalmente mediante a aplicação da alíquota estabelecida pela legislação tributária do município onde a Companhia está estabelecida, sobre a receita auferida com a prestação de serviços, que, no caso da Companhia, é de 2%.

1.3.9 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Não há registro de processos ativos ou passivos contingentes por parte da Companhia.

1.3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

O capital social é mensurado pelo valor nominal subscrito e integralizado pelos sócios ou acionistas.

1.3.11 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada, ou quando da proposição pela administração, do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto de 25% sobre o lucro do exercício. A Companhia poderá mediante aprovação em AGE realizar a distribuição de dividendos intermediários.

1.3.12 Reconhecimento de receitas e despesas

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem. A taxa de gestão é calculada sobre o patrimônio líquido diário do fundo, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada diariamente.

As receitas de prestação de serviços da Companhia são compostas, principalmente, por rendas com taxas de gestão de fundos de investimentos e carteiras de valores mobiliários, além da taxa de gestão,

a Companhia pode receber, semestralmente, receitas de taxa de performance, desde que previsto no regulamento.

A seguir estão apresentados os fundos sob gestão da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

- Fundo de Investimento RF IRB Brasil RE Absoluto
- IRB Asset Fundo de Investimento Financeiro – Classe de Investimento Multimercado – RL
- Andrina Letra de Risco de Seguro Fundo de Investimento Financeiro
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa
- IRB Fundo de Investimento em Ações
- IRB Caixa Fundo de Investimento Renda Fixa
- IRB Macro Fundo de Investimento Multimercado
- IRB Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado
- Sinergia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Multisetorial
- PREVIRB – Plano A Fundo de Investimento Renda Fixa
- PREVIRB – Plano B Fundo de Investimento Renda Fixa

1.4 Normas, alterações e interpretações existentes que estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Lei Complementar Nº 214/2025 – Reforma Tributária sobre o Consumo

Foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta dispositivos da Reforma Tributária sobre o Consumo, instituindo novos tributos que substituirão gradualmente os atuais tributos incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS e ISS.

A referida Lei Complementar disciplina, entre outros aspectos:

- a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União;
- a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios;
- a definição das hipóteses de incidência, base de cálculo, não cumulatividade e regime de créditos;
- as regras de transição entre o sistema tributário vigente e o novo modelo;
- a instituição do Comitê Gestor do IBS, responsável pela regulamentação, administração e operacionalização do tributo.

A implementação do novo sistema tributário ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma de transição previsto na legislação, podendo impactar a carga tributária, a formação de preços, os fluxos operacionais e os sistemas internos da Companhia.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos decorrentes da referida legislação, incluindo reflexos tributários, operacionais e sistêmicos. Considerando que ainda serão editadas normas complementares e regulamentações adicionais pelo Comitê Gestor do IBS e pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, eventuais impactos quantitativos dependerão da consolidação dessas normas infralegais.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de atualizar tempestivamente suas projeções, premissas orçamentárias e planejamento estratégico, assegurando adequada adaptação ao novo ambiente tributário.

2 Equivalentes de caixa

O saldo de R\$ 21.288 (R\$ 7.707 em 2024) refere-se a aplicações classificadas como equivalentes de caixa, mantidas nos fundos BB RF CP Empresa Ágil e IRB Asset Caixa FI RF CP – Bradesco. Tais fundos possuem liquidez imediata e são utilizados para aplicações e resgates automáticos, com a finalidade de atender às necessidades operacionais de caixa da Companhia.

3 Contas a receber

Os valores a receber relativos aos serviços prestados aos fundos locais são apurados de acordo com os critérios estabelecidos nos respectivos regulamentos. As taxas de gestão são calculadas mensalmente, sendo sua liquidação financeira realizada no início do período subsequente. As taxas de performance, por sua vez, são apuradas semestralmente, em conformidade com as disposições previstas nos regulamentos dos fundos, com liquidação em período subsequente.

	2025	2024
Contas a receber		
Taxa de gestão	4.232	4.328
Taxa de performance	56	-
Total	4.288	4.328

4 Contas a pagar

	2025	2024
Contas a pagar		
Obrigações a pagar	412	110
Impostos e encargos sociais a recolher	242	268
Salários e encargos (i)	2.463	3.117
Impostos e contribuições a recolher	1.703	1.822
IRPJ	1.135	1.222
CSLL	411	442
PIS	28	28
COFINS	129	130
Total	4.820	5.317

(i) Refere-se a PLR, salários e encargos a pagar aos colaboradores e a remuneração do pessoal chave da administração, conforme nota 10.1.

5 Patrimônio líquido

5.1 Capital

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 no valor de R\$1.745 é composto por 100.000 ações ordinárias sem valor nominal.

5.2 Reservas

A reserva legal deverá ser constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social, momento este que deixará de ser constituída. A reserva

legal tem por fim assegurar a integralidade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

5.3 Dividendos

Aos acionistas, são assegurados o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

A tabela abaixo demonstra o cálculo dos dividendos no período:

	2025	2024
Lucro líquido	33.793	34.980
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(8.448)	(8.745)
Distribuição dos dividendos		
Dividendos antecipados no exercício	(15.000)	(30.000)
Dividendos propostos	18.793	4.980
Dividendos obrigatórios a distribuir	-	-

A Companhia pagou no exercício de 2025 o montante de R\$ 15.000 (R\$30.000 em 2024) a título de dividendos antecipados, não sendo necessária a constituição de provisão de dividendos mínimos obrigatórios.

6 Receita operacional líquida

O patrimônio total gerido pela Companhia durante o ano de 2025 foi aproximadamente de R\$6,5 bilhões (R\$ 6,7 bilhões em 2024). Sobre esse patrimônio gerido, a receita operacional da Companhia deu-se por meio de duas taxas: taxa de gestão e a taxa de performance dos fundos. Em linhas gerais a Taxa de Gestão é auferida sobre o patrimônio do fundo de forma fixa e mensal enquanto a Taxa de Performance será auferida sobre o excedente performado em relação ao benchmark do fundo, de forma variável e semestral (junho e dezembro). Segue abaixo a receita líquida acumulada do ano.

	2025	2024
Receita operacional		
Taxa de gestão	49.161	50.286
Taxa de performance	485	-
(-) Tributos sobre as taxas de gestão e performance	(2.805)	(2.841)
Total	46.841	47.445

7 Despesas administrativas

	2025	2024
Despesas administrativas		
Despesa com pessoal próprio	(7.393)	(7.131)
Despesa com serviços de terceiros	(666)	(514)
Despesa com localização e funcionamento	(214)	(190)
Participações nos lucros	(246)	(916)
Outras despesas	(359)	(18)
Total	(8.878)	(8.769)

8 Resultado financeiro

	2025	2024
Resultado financeiro		
Rendimento de aplicações financeiras	1.840	2.659
Outras receitas financeiras	-	2
(-) Despesas financeiras	(6)	(5)
Total	1.834	2.656

9 Imposto de renda e contribuição social

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receitas operacionais	49.646	49.646	50.286	50.286
Alíquota aplicada sobre a receita	32%	32%	32%	32%
Receita operacional tributável	15.887	15.887	16.092	16.092
Receita financeira	1.840	1.840	2.661	2.661
Total tributável	17.727	17.727	18.753	18.753
Alíquota aplicada	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
IRPJ e CSLL na demonstração do resultado	4.409	1.595	4.664	1.688

10 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pelo IRB(Re), que detém 100% das suas ações. Foram definidas como partes relacionadas, conforme pronunciamento técnico CPC 05 (R1): o IRB(Re), a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB - PREVIRB e o pessoal chave da administração.

As principais transações realizadas pela Companhia com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

		A receber		A pagar	
		2025	2024	2025	2024
IRB(Re)	(i)	4.280	4.327	339	109
PREVIRB	(ii)	1	1	-	-

(i) Referem-se aos valores a receber com taxa de gestão e performance dos fundos exclusivos do IRB sob gestão da Asset e valores de compartilhamento de despesas a pagar para o IRB.

(ii) Valor referente a taxa de gestão dos fundos da PREVIRB sob gestão da Asset.

		Resultado	
		2025	2024
Fundos Exclusivos do IRB(Re) - Gestão Asset	(i)		
Receita		49.581	50.270
PREVIRB - Fundos - Gestão Asset	(ii)		
Receita		17	16
Planos de pensão	(iii)		
Despesa		(868)	(646)
Despesas com controlador	(iv)		
IRB RE		(397)	(143)

(i) Referem-se as receitas com taxa de gestão e performance dos fundos exclusivos do IRB sob gestão da Asset.

(ii) Valores com taxa de gestão dos fundos da PREVIRB sob gestão da Asset.

(iii) Valores pagos para a PREVIRB, referente aos planos de benefício pós emprego (Planos de previdência A e B).

(iv) Valores referente ao compartilhamento de despesas do período com o IRB.

10.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	Contas a Pagar		Resultado	
	2025	2024	2025	2024
Benefícios de curto prazo a administradores	1.461	1.909	4.065	4.360
Benefício pós-emprego	-	-	(249)	(166)
	1.461	1.909	3.816	4.194

Paulo Fontoura Valle
Diretor Geral

Henrique de La Rocque
Diretor de Gestão de Recursos de
Terceiros

Rachel Silva da Cunha
Diretora de Riscos e
Conformidade

Thays Vargas Ferreira
Contadora
CRC-RJ - 117013/O-9

irbasset.com